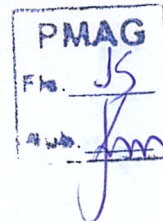




**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO
Gestão 2017/2020



Parecer n.º 20/2020/PJM

Assunto: Inexigibilidade de licitação para aquisição de peças e serviços – Gerador Cummins

Interessado: Setor de Compras da Prefeitura de Alto Garças/MT

Ementa: Aquisição de peças. Serviço de Manutenção. Exclusividade. Certificação. Art. 25, inciso I, da Lei 8.666/1993.

1. RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pelo Setor de Compras da Prefeitura de Alto Garças, acerca da regularidade da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de empresa para fornecimento de peças a serem utilizadas na manutenção corretiva do gerador, modelo Cummins, instalado no Pronto Atendimento, bem como para realização do serviço de manutenção.

Conforme justificativa constante nos autos da solicitação n.º 752/2020 e 753/52020, a contratação da empresa se fundamenta na necessidade de assegurar a continuação da prestação dos serviços de saúde, em caso de eventual “pane elétrica”. Nesse sentido, alegou:

A indispensabilidade dos serviços é notória, afinal, a não continuidade poderá ceifar vidas. A título exemplar, em uma eventual pane elétrica, a ausência de um gerador em plenas condições desmobilizaria todo o Pronto Atendimento e seus respectivos equipamentos. Naturalmente, o objeto da contratação mencionado, efetivaria o regular funcionamento da Unidade, preservando o maior bem tutelado pelo direito. Por evidente, a falta do serviço de manutenção preventiva e corretiva do gerador poderá causar danos irreparáveis aos usuários do Sistema Único de Saúde.

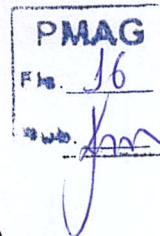
A fim de subsidiar o presente opinativo, o consultante apresentou os seguintes documentos:

- Solicitação n.º 752/2020;
- Descrição do objeto, justificativa e Termo de Referência;



**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO
Gestão 2017/2020



- Certificação de exclusividade da empresa Cummins Vendas e Serviços de Motores e Geradores Ltda – CNPJ 61.838.884/0003-04;
- Orçamento da empresa Cummins Vendas e Serviços de Motores e Geradores Ltda;

É o relatório necessário.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, ressalta-se que o opinativo emitido por esta Procuradora Jurídica se refere apenas aos aspectos jurídicos afetos ao tema ora analisado, considerando a atribuição legal de competência, excluindo-se as análises que demandem conhecimento técnico e financeiro. Além disso, considera-se a fé pública que emana dos documentos apresentados e da justificativa dos gestores.

2.1 Contratação por inexigibilidade de licitação

Nos termos do art. 37, inciso XXI, Constituição Federal de 1988 (CF/88), a licitação é procedimento obrigatório à Administração Pública para efetuar suas contratações:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

[...]

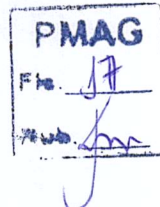
XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)

Conforme depreende-se da análise do dispositivo supracitado, há casos, legalmente previstos, em que a Administração poderá ou deverá deixar



**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO
Gestão 2017/2020



de realizar licitação, tornando-se este procedimento dispensado, dispensável ou inexigível.

No caso concreto, observa-se que a contratação é considerada pela Lei de Licitações como causa de inexigibilidade de licitação prevista no art. 25, inciso I, da Lei de Licitações, que assim dispõe:

Art. 25. É **inexigível a licitação** quando houver inviabilidade de competição, em especial:

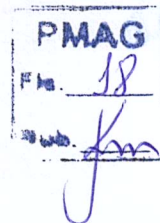
I - **para aquisição** de materiais, equipamentos, ou gêneros que **só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo**, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes; (grifei)

Observa-se que foi acostada à solicitação de aquisição de peças a Certificação de Exclusividade emitida pela empresa Cummins Brasil Ltda (CNPJ: 43.201.151/0001-10), atestando que a empresa Cummins Vendas e Serviços de Motores e Geradores Ltda (CNPJ: 61.838.884/0003-04):

[...] é a única Distribuidora para atuar nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul autorizada a distribuir com exclusividade a linha da Cummins que consiste em motores e componentes relacionados ("Produtos"), conforme abaixo listado:

- Motores dieses de 18 a 3500 HP;
- **Peças de componentes e subsistemas** comercializados dos motores de diesel de 18 a 3500 HP e geradores com ignição por faísca de 20 a 80 KW sob o nome "Cummins";
- Acessórios comercializados dos motores diesel de 18 a 3500 HP e geradores com ignição por faísca de 20 a 80 KW, sob o nome "Cummins";
- Sistemas básicos de 15 a 2.700 kW reconicionados e peças de componentes e subsistemas comercializados sob o nome "ReCon";
- **Serviços de instalação, manutenção, reparo, garantia e programas** comercializados relativos aos motores diesel de 18 a 3500 HP e geradores com ignição por faísca de 20 a 80 kW, sob o nome "Cummins" e que estão relacionados ao uso e aplicação do acima mencionado; (grifei)





Logo, observa-se que há inviabilidade de competição para fornecimento das peças necessárias à manutenção do gerador, bem como para a realização do serviço de manutenção pleiteado.

Ademais, observa-se que foi apresentada justificativa da compra direta e descrição detalhada do objeto, preenchidos formalmente esses requisitos, ressalvada análise **material**, uma vez que não encontra-se no âmbito de análise do setor jurídico.

2.2 Resolução de Consulta n.º 20/2016 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Segundo o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE/MT) exposto na Resolução de Consulta n.º 20/2016–TP, a pesquisa de preços para aquisições públicas deve ser ampla.

A Corte de Contas dispõe que três orçamentos não são suficientes para realização do balizamento de preços, pois é necessário analisar os preços praticados na Administração Pública como fonte prioritária.

Prevê que é necessária, também, a realização de consultas em portais oficiais de referenciamento de preços e em mídias e sítios especializados de amplo domínio público; fornecedores; catálogos de fornecedores; analogia com compras/contratações realizadas por corporações privadas; e outras fontes idôneas.

Nesse sentido:

Resolução de Consulta n.º 20/2016 – TP (DOC, 26/08/2016). Licitação. Aquisições públicas. Balizamento de preços. [Revoga a Resolução de Consulta n.º 41/2010] 1. A pesquisa de preços de referência nas aquisições públicas deve ser realizada adotando-se amplitude e rigor metodológico proporcionais à materialidade da contratação e aos riscos envolvidos, **não podendo se restringir à obtenção de três orçamentos junto a potenciais fornecedores, devendo-se considerar o seguinte conjunto (cesta) de preços**



aceitáveis: preços praticados na Administração Pública, como fonte prioritária; consultas em portais oficiais de referenciamento de preços e em mídias e sítios especializados de amplo domínio público; fornecedores; catálogos de fornecedores; analogia com compras/contratações realizadas por corporações privadas; outras fontes idôneas, desde que devidamente detalhadas e justificadas. 2. Nos processos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, inclusive aqueles amparados no art. 24, I, II, da Lei nº 8.666/1993, devem ser apresentadas as respectivas pesquisas de preços, nos termos do art. 26 da Lei.

Observa-se que a Resolução de Consulta supraexposta é límpida ao prever que os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, inclusive aqueles amparados no inciso II do art. 24 da Lei de Licitação, devem apresentar as respectivas pesquisas de preços.

No caso sob análise, foi apresentado um orçamento pela empresa que possui exclusividade para fornecimento do objeto pleiteado.

Contudo, a fim de satisfazer o teor da Resolução de Consulta nº 20/2016 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, opina-se pela necessidade de apresentação de documentos que demonstrem qual o preço esta empresa praticou em outras situações, a fim de parametrizar o orçamento apresentado e evitar prejuízo ao erário.

Dessa forma, apresentados os documentos, opina-se pelo prosseguimento do procedimento sob análise.

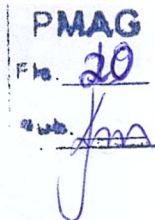
3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, considerando as indagações do consulente, opina-se pelo **prosseguimento do processo licitatório** de inexigibilidade de licitação, em razão da observância dos requisitos previstos na Lei nº 8.666/1993, desde que sejam apresentados documentos que demonstrem o preço praticado pela empresa em outras ocasiões, nos termos da Resolução de Consulta nº 20/2016 – TP.



**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO
Gestão 2017/2020



Apresentados os documentos, desnecessária nova remessa dos autos a esta parecerista para análise preliminar, uma vez que estará satisfeita a condição para prosseguimento da aquisição.

É o parecer opinativo, salvo melhor juízo.

Alto Garças/MT, 11 de março de 2020


DEBORAH RIBEIRO DE CARVALHO

Procuradora Jurídica do Município de Alto Garças